

Fim da decoreba no ensino médio

GAZETA MERCANTIL

20 AGO 1998

Magno de Aguiar
Maranhão *

O Ministério da Educação continua sua revolução quase silenciosa rumo à melhoria da qualidade do ensino. Silenciosa por não ter na mídia a repercussão que merece. O último lance, principalmente, pois aconteceu em plena Copa do Mundo, período em que jornais, rádios, tevês e revistas, praticamente, só se preocuparam com futebol, campanha eleitoral e falsificação de remédios.

Pois foi em plena Copa que o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, homologou o projeto de reforma do ensino médio (antigo 2º grau) oriundo do Conselho Nacional de Educação, onde foi exaustivamente debatido.

O projeto acaba com a grade curricular obrigatória e dá liberdade às escolas para organizar

os seus cursos, permitindo que os alunos escolham 25% das disciplinas que vão estudar.

Vamos dar adeus ao currículo existente hoje em dia, dividido em disciplinas como Português, Matemática, História, Geografia, Física e Química. No lugar da atual grade curricular entram três áreas de conhecimento, em que as disciplinas se interligam.

A principal vantagem da mudança é que são deixados de lado currículos enciclopédicos, que empurram os alunos para a decoreba. Agora, as aulas serão contextualizadas, para que o aluno entenda as aplicações práticas do que está aprendendo. Logo, as lições

despertarão maior interesse dos alunos.



Essa reforma curricular é essencial para mudar o panorama sombrio do ensino médio, cujos alunos têm demonstrado desempenho sofrível nos exames. O MEC quer começar a implantá-la já no início do próximo ano letivo. Antes

disso, contudo, é preciso tomar providências essenciais, como definir os novos parâmetros curriculares, produzir novos materiais didáticos e recapacitar e treinar professores, dentro da nova filosofia educacional.

A simples homologação do projeto, portanto, não é suficiente para dar bons frutos. É preciso investir no plano, e o MEC garante, para tranquilidade de todos, que isso será feito. A intenção é aplicar R\$ 1 bilhão nos próximos cinco anos, exclu-

sivamente para concretizar a reforma.

É difícil avaliar se essa quantia será suficiente para levar a cabo o projeto, mas, à primeira vista, ela parece razoável pelo menos para o início. Além do dinheiro, será necessário ter muita vontade política, dedicação e criatividade. E, principalmente, motivar os professores para o novo desafio. Sem a sua colaboração, nada será possível. Eles precisam "comprar" a reforma do governo e talvez essa seja a tarefa mais difícil para o MEC.

Definidos os novos parâmetros curriculares, será necessário que os cursos de formação de professores também sejam alterados e que as universidades reestudem os seus vestibulares, ainda atrelados às disciplinas tradicionais.

Como a implantação da nova sistemática deverá ser gradativa, o mesmo deve ocorrer com as

mudanças nos vestibulares. Aliás, novas sistemáticas de acesso ao ensino superior foram autorizadas pela atual Lei de Diretrizes e Bases, mas poucas instituições – todas particulares – se dispuseram a adotá-las, talvez por comodismo. Um pouco de modernidade não faria mal às nossas universidades públicas.

A reforma recentemente homologada pelo ministro faz parte de um conjunto de medidas que começará a dar resultados a médio prazo. As condições primeiras estão criadas. Agora é investir e acreditar. O futuro do nosso país, com uma educação sólida, é brilhante. Podem apostar.■

* Membro do Conselho Estadual de Educação (RJ), reitor do Centro Universitário Augusto Motta (RJ), pró-reitor acadêmico da Universidade Veiga de Almeida (RJ).

Projeto acaba com grade curricular obrigatória e dá mais liberdade às escolas